

Abaixo a emenda 3 e as reformas antioperárias do governo FMI-Lula

O governo FMI-Lula continua com sua política de atacar os direitos dos trabalhadores. Na tentativa de desviar a atenção e enganar os trabalhadores, e enquanto o Congresso não está totalmente amaciado para votar e aprovar integralmente todas suas reformas antioperárias, o governo toma medidas parciais para ir mutilando a CLT e liquidar com os já minguados direitos dos trabalhadores.

Esse é o caso da nova lei que regulamentou o funcionamento das micro e pequenas empresas, o “Supersimples”, sancionada por Lula no último dia 14 de dezembro. A lei precariza direitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas que tem faturamentos anuais de até R\$ 2 milhões e 400 mil e cria possibilidade de grandes empresas adotarem estratégias de terceirização e desmembramentos para efetuar cortes de direitos dos trabalhadores. É a porta de entrada para a reforma sindical e trabalhista, além de possibilitar a lavagem de dinheiro e criação de empresas fantasmas.

A lei cria entraves a fiscalização das condições de trabalho. Entre outras irregularidades, a lei dispensa os patrões de afixar quadro de trabalho nas dependências da empresa, da concessão e anotação de férias nos respectivos livros, possibilita o trabalho semi-escravo para menores. Também faz a aprovação sorrateira do negociado sobre o legislado, estabelecendo o pleno reconhecimento dos acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia (art. 75º).

Agora o governo criou a lei da “Super-Receita” que também corta direitos trabalhistas e concentra toda arrecadação previdenciária e tributária sob o domínio do Ministério da Fazenda. Cria a possibilidade do governo sucatear ainda mais a Previdência pública e desviar mais recursos para os cofres do FMI, bancos e monopólios.

O governo tira recursos da Previdência, Educação, Saúde, Saneamento, Moradia, Transportes e outras áreas sociais para entupir os bolsos dos banqueiros. Essa sangria de recursos do país consome mais da metade do Orçamento da União (59% em 2007). Nos últimos doze anos o país pagou R\$ 1 trilhão e 100 bilhões a título de juros dessa suposta dívida pública (dívida interna + dívida externa); mas essa modalidade de colossal roubo não para de crescer e no final de 2006 a “dívida”



chegava a R\$ 1 trilhão e 94 bilhões.

Essa lei também prossegue o ataque aos direitos trabalhistas ao legalizar a contratação de empregados como autônomos (sob a forma de pessoas jurídicas individuais) e sem quaisquer direitos (férias, FGTS, 13º salário, pagamento de horas extras, aposentadoria, licença maternidade/paternidade, limitação da jornada de trabalho, entre outros direitos).

A emenda 3 do projeto da Super-Receita que o Lula vetou foi com o objetivo único e exclusivo de negociar com o Congresso. O governo tem uma base folgada de 376 das 513 cadeiras do Congresso e efetua manobras para tentar desviar a atenção de sua culpa no arrocho e corte de direitos dos trabalhadores. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR) defende descaradamente a discussão do projeto de lei 536/07, que substitui a emenda 3, como uma proposta que “abre caminho para a discussão de uma reforma trabalhista no país” (Agência Senado – 26/3/2007).

É o mesmo que acontece no caso da Previdência: para diluir as responsabilidades, o governo criou um Fórum junto com grandes empresários e pelegos sindicais; o objetivo já anunciado é de reduzir o valor das pensões, aumentar a idade mínima para o trabalhador se aposentar, desvincular os benefícios do salário mínimo, acabar com a aposentadoria diferenciada para as mulheres, etc.

Também o propalado PAC (“Programa de Aceleração do Crescimento”) representa outra peça de propaganda do governo e que na prática cria regras de arrocho do salário mínimo até 2023, arrocha os servidores públicos até 2016, retira recursos do FGTS para os grupos econômicos, entre outras medidas antinacionais e antipovo.

Preparar a greve geral contra as “reformas” FMI-Lula

Liga Operária

Rua Ouro Preto, 294 - Barro Preto - BH - MG - 30.170-040

www.ligaoperaria.org.br / ligamg@uol.com.br / (31) 3291-4713

Manobras da Cut e Força Sindical para sabotar a mobilização dos trabalhadores contra as reformas antioperárias FMI-Lula



Sob o mando do imperialismo ianque, Lula e seu bando de oportunistas atacam os direitos dos trabalhadores

Dirigentes históricos da CUT e Força Sindical, a começar do presidente Lula, do ex-ministro do Trabalho e atualmente na Previdência, Luiz Marinho, do Secretário de Relações de Trabalho, Luiz Antônio Medeiros, ocupam os principais cargos do governo.

Por isso a CUT, Força Sindical e outras organizações-fantasma, são agências do governo usadas para balizar e distorcer a mobilização dos trabalhadores. A hegemonia do peleguismo e do oportunismo no movimento sindical mais do que nunca é usado como uma camisa de força e de enganação para barrar a luta dos trabalhadores.

Foi exatamente este papel que cumpriram quando o governo decidiu pelo ridículo reajuste no salário mínimo. Governo e pelegos fizeram o jogo de centrar o debate em torno de um percentual irrisório para esconder a verdadeira discussão que teria de ser feita: o atual salário é miserável, não garante as despesas essenciais do trabalhador e sua família e não cumpre sequer o que está estabelecido na Constituição Federal. O cálculo do DIEESE para o salário mínimo necessário, em março de 2007, é de R\$ 1.620,89, muito acima dos míseros R\$ 380,00 prometidos para abril. Antes tão decantado pelos oportunistas, quando eram oposição, hoje este cálculo foi completamente esquecido pelos governistas do esquema PT-CUT-Força Sindical, com o concurso de PCdoB, PSB e todo rebotinho de partidos da direita. O governo estabeleceu uma política de arrocho do salário mínimo para até 2023 e a CUT tem o descaramento de afirmar que o miserável reajuste do mínimo foi uma “grande conquista”.

Ao contrário de combater a política de fome e arrocho do governo, essas centrais chapa-branca e governistas inventam falsas mobilizações contra aspectos dessa nefasta política, como é o caso da defesa do veto contra a emenda 3 e uma suposta

greve de advertência no dia 10 de abril para depois entabular negociações e passar o principal das medidas anti-povo do governo.

Em nosso país, o trabalhador é submetido às mais duras condições e é condenado a sobreviver com um salário de fome. É papel do movimento mais combativo dos trabalhadores, desmascarar estes traidores da classe e varrê-los do nosso meio. Somente combatendo implacavelmente o oportunismo, construiremos uma alternativa de luta para os trabalhadores. Por isso é que denunciemos a falsa discussão que CUT e Força Sindical fazem sobre a emenda 3. Eles não combatem, ao contrário defendem, participam e executam toda a política do governo, com intuito de sabotar a luta e desvia-la para negociações com o Estado. Não devemos aceitar nenhuma negociação e nenhum compromisso com o governo FMI-Lula, pois a participação em fóruns de discussão com o governo representa avalizar os cortes de direitos, fomentar a desconfiança das massas no caminho da luta independente da classe e desarmar seu espírito de luta.

O classismo combativo não pode conciliar nem um milímetro com os traidores da classe, ao contrário, tem que denunciá-los e desmascarar suas manobras é chave para fortalecer a unidade e luta da classe. Não marchar com os traidores e manter total independência é regra de ouro do classismo combativo e único caminho para vitória.

Somente uma batalha dura e prolongada poderá barrar essa política antioperária, antipovo e antinacional praticada no país. Está na ordem do dia a união de todos os trabalhadores e a perspectiva da construção das condições de deflagração de uma GREVE GERAL para contrapor as “reformas” antipovo do governo FMI-Lula.

**Fora com os pelegos e oportunistas.
Viva a luta classista e combativa!**